

Gênero na indústria extrativa brasileira

Angela Jorge e Hildete Pereira de Melo

Na história do capitalismo brasileiro dos últimos cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes foi a inserção crescente das mulheres no mundo do trabalho. Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva e provocou um vigoroso processo de urbanização, que proporcionou um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegaram às nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política feminina na sociedade brasileira (MELO, 1998).

Este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

É preciso assinalar que esta *nova* mulher mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para as mulheres. Esta evidência remete à denúncia pelo movimento de mulheres da invisibilidade do trabalho feminino e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia).

O tema da *invisibilidade* é, sem dúvida, o mais antigo das reivindicações feministas e refere-se, na verdade, à tentativa de uma nova interpretação do trabalho doméstico num debate com a Economia Política. O avanço da industrialização e do seu corolário – a urbanização – separou a mulher e sua família da esfera produtiva, tornando-a mera dona-de-casa, figura criada pela sociedade moderna, ao deslocá-la das antigas funções econômicas exercidas pelas famílias. O invisível é desvendado no plano simbólico quando se caracterizam os afazeres domésticos como trabalho complementar, acessório, de ajuda. O paradigma, da “*naturalidade*” da divisão sexual do trabalho, impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, com um ônus alto pelo conjunto das funções reprodutivas. Mesmo o aumento de sua participação no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, nem tampouco gerou, ainda, uma ruptura total na estrutura patriarcal da família (MELO E SERRANO, 1997 E DEDECCA, 2004). Este artigo tem a preocupação de recuperar primeiro a condição feminina numa breve síntese das principais mudanças das últimas

décadas e, em segundo lugar, fazer um recorte do objeto de análise dessa publicação a indústria extrativa olhada pelo prisma de gênero. As principais fontes de informação utilizadas foram os Censos Demográficos de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estas fontes de informação permitem fazer um retrato da sociedade em determinado tempo, numa periodicidade definida para os anos de 1991 e 2000 e analisando as seguintes variáveis para análise da ocupação: sexo, idade, raça (cor), escolaridade, atividade, ocupação e rendimentos.

AS MUDANÇAS NO PAPEL FEMININO

Para ilustrar as transformações em curso no papel feminino vamos fazer uma breve síntese da sociedade brasileira nos anos 1990. Um dos fatos mais notáveis foi o enorme crescimento da escolaridade feminina e o aumento da sua esperança de vida, como mostram as **Tabelas 1 e 2**. Os efeitos das práticas anticonceptivas podem ser observados pela baixa taxa de crescimento da população residente brasileira, de 1,63% ao ano, e pela esperança de vida; esta cresceu cerca de três anos para ambos os sexos, mas as mulheres vivem quase oito anos a mais do que os homens como mostra a **Tabela 2**.

Tabela 1 – População residente segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	146.825.475	72.485.122	74.340.353
2000	169.799.170	83.576.015	86.223.155

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – Esperança de vida ao nascer (em anos) segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	66,0	62,6	69,8
2000	68,6	64,8	72,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Tabela 3 – Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais, segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
Taxa de alfabetização %			
1991	79,93	80,15	79,72
2000	86,37	86,23	86,50
Taxa de analfabetismo %			
1991	20,07	19,85	20,28
2000	13,63	13,77	13,50

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Com relação ao aumento da escolaridade feminina, sabemos que esta foi uma conquista das mulheres. Ao longo de todo o século XX, estas se empenharam para ter acesso às escolas e universidades nacionais. Assim, na última década do século vinte observamos a redução significativa do analfabetismo feminino, embora, ainda em 1991, a participação relativa de mulheres analfabetas com mais de 15 anos fosse maior do que a de homens, como mostra a tabela 3. Na verdade, a sociedade brasileira fez um grande esforço conjunto para vencer o analfabetismo, de modo que, entre 1991 e 2000, a taxa de analfabetismo na população brasileira passasse de 20,07% para 13,63%, chegando as mulheres a uma posição um pouco melhor que a masculina.

O quadro sociodemográfico traçado acima permite concluir que as mulheres vivem mais e já são um pouco mais escolarizadas que os homens. Nos últimos trinta anos, no Brasil e em toda a América Latina, aconteceram grandes mudanças nos padrões socioeconômicos da família à produção. Houve um progresso na redução das desigualdades de gênero e este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

No Brasil cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, embora ainda permaneçam diferenciais salariais, no entanto, estes diminuíram; nos anos 1980 as mulheres auferiam cerca de 56% dos rendimentos masculinos e em 2001 esta participação é de aproximadamente 70% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, PNAD/IBGE), uma vitória, mas não se atingiu a consigna feminista de *salário igual para trabalho igual*. É importante assinalar que este diferencial de salário que ainda persiste é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. Acabar com a discriminação salarial seria uma medida para melhorar a distribuição de renda na sociedade. Esta diferença é pura discriminação e não é devido ao pior desempenho das mulheres na produção. A elevação da escolaridade aparentemente não modifica a situação feminina, o mesmo grau de instrução não possibilita as mulheres rendimentos iguais aos dos homens.

Analisando a estruturação do mercado de trabalho, nota-se que esta mudou; a principal transformação foi na condição de atividade: nos últimos trinta anos a taxa de atividade feminina passou de uma média em torno de 20% da população economicamente ativa (PEA) entre os anos de 1920 a 1960 para 40% em 2000 (CENSOS DEMOGRÁFICOS/IBGE). Esse aumento das mulheres no mercado de trabalho não superou os obstáculos de acesso a cargos de chefia e as diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído nos anos 1990, ainda permanecem e simplesmente significam que as mulheres aceitaram com maior resignação, postos de trabalhos com menor remunera-

ção. Claro, que esta situação é agravada pelas taxas de desemprego feminino, que são significativamente maiores do que as da população masculina.

As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor de serviços, cerca de 80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. Mais de 50% das domésticas são negras e usufruem ainda os menores rendimentos da sociedade.

Historicamente, a interpretação comum sobre o comportamento de mulheres e homens na sociedade enfatizava a importância do homem enquanto provedor da produção de bens necessários à manutenção da família, e às mulheres cabia a função biológica da produção humana. Esta divisão sexual do trabalho permanece, mas as mudanças sociais, econômicas e políticas repercutiram no modelo patriarcal de família, e aquelas se tornaram mais intensas e visíveis a partir dos anos 1980, seja a partir do processo de reestruturação econômica e expansão dos serviços, seja pela transformação nas instituições sociais e políticas. Acreditamos que uma outra relação entre os sexos está em construção, mas é preciso discutir com mais detalhe a questão de gênero nas relações econômicas e familiares, como uma dimensão importante das mudanças históricas que implicarão em novas políticas públicas.

O “novo” chega pela elevação da escolaridade feminina, que possibilitou maior absorção de mulheres nos setores de serviços e em processos econômicos mais complexos; pelas mudanças na composição da família; pelo aumento do número de casamentos; idade de casamento; separações conjugais e o tamanho da família. Além disso, chega pela queda dos salários reais médios familiares, que estimula a entrada da mulher no mercado de trabalho e pela substituição do trabalho masculino pelo feminino, visando diminuição de custos das empresas.

Assim, atualmente mais e mais mulheres são trabalhadoras, mas a continuidade do crescimento da atividade feminina nos anos 1990 foi coincidente com uma deterioração dos rendimentos e aumento do desemprego. Dentre as ocupações tipicamente femininas, aumentaram o serviço doméstico remunerado e as autônomas e diminuíram os postos de trabalho do setor público. Cresceu a desigualdade de raça e as realidades femininas vão se alterando: não se pode mais falar de uma mulher, são muitas e diferentes. Mais velhas e sós. A inserção feminina no mercado de trabalho não superou a questão da invisibilidade do trabalho feminino, na medida em que a dinâmica das famílias frente às ocupações exercidas pelas mulheres no mercado de trabalho caracteriza mais um processo de precarização do que uma inclusão social. A maioria das mulheres mantém-se como as únicas responsáveis pelo cuidado da família.¹

A INDÚSTRIA EXTRATIVA PELO PRISMA DE GÊNERO

Para analisar o papel e a dimensão do trabalho feminino na indústria extrativa a única fonte de informação abrangente é o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos pelo IBGE. Este levantamento, realizado nos domicílios, procura identificar a situação de trabalho de todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, possibilitando a estimação do contingente de pessoas ocupadas tanto em trabalhos formais quanto informais. A caracterização da inserção da população no mercado de trabalho é possível pela identificação do segmento de atividade econômica em que esta trabalha; sua ocupação, ou seja, a função que desempenha no trabalho, assim como as horas trabalhadas e os rendimentos recebidos. Outras variáveis que complementam a análise relacionam-se às características demográficas e nível de escolaridade dos trabalhadores.

A contribuição da Indústria Extrativa na geração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2000, foi de 2,6%, segundo as estimativas das Contas Nacionais do IBGE, sendo que, de acordo com o Censo Demográfico, este setor de atividade ocupava 0,36% dos trabalhadores no país. Isso significa que esta atividade agrega pouco valor à riqueza do país, apesar de sua importância estratégica como fornecedores de insumos básicos à indústria de transformação. Assim, é no decorrer do processo produtivo que os insumos minerais contabilizados na indústria extrativa participam mais intensamente da riqueza nacional.

Cabe esclarecer que, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, a Indústria Extrativa inclui os seguintes segmentos de atividade: Extração de carvão mineral, Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados, Extração de minerais radioativos, Extração de minérios de metais preciosos, Extração de minerais metálicos - exceto metais preciosos e radioativos, Extração de pedras e outros materiais para construção, Extração de pedras preciosas e semipreciosas, Extração de outros minerais não-metálicos e Extração de minerais mal especificados. Inclui também atividades complementares de beneficiamento associado a extração desde que este beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. Atividades que impliquem em transformação dos minerais como o artesanato ou sua comercialização não estão consideradas nesta seção de atividade.²

As informações do Censo 2000 permitem traçar um retrato da população ocupada brasileira sob o ângulo de gênero, como mostra a tabela 4. Nesta observa-se que, no total das pessoas ocupadas (população de 10 anos ou mais), 37,74% eram mulheres em 2000, enquanto na indústria extrativa a participação feminina era muito pequena, cerca de 7,0%. Verifica-se também que a participação das mulheres ocupadas na Extrativa, no conjunto de mulheres ocupadas, é praticamente ínfima (0,07%), pois, como já mencionado, elas estão fortemente concentradas nos serviços domésticos remunerados, educação, saúde e serviços sociais.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos de idade ou mais ocupadas - Brasil – 2000

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres (%)
Total	65 629 892	40 860 097	24 769 796	37,74
Indústria Extrativa	234 869	218 003	16 866	7,18
Participação da indústria extrativa na ocupação total (%)	0,36	0,53	0,07	

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

É interessante observar que as mulheres representavam 7,18% dos trabalhadores da Indústria Extrativa. Entretanto, o estudo de sua participação por segmento de atividade mostra que estas trabalhadoras tinham maior presença na Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados (16% do total de mulheres ocupadas na Extrativa), na Extração de pedras e outros materiais para construção (25%) e na Extração de minerais mal especificados (38%). Por outro lado, sua maior participação relativa está no segmento Extração de petróleo e gás natural e serviços, nos quais 89% dos trabalhadores são homens e 11%, mulheres. A participação mais forte de mulheres ligadas à extração de petróleo deve-se, provavelmente, à sua inserção em funções administrativas.

Esta participação é melhor observada quando os dados são analisados sobre o ângulo das ocupações típicas da indústria extrativa³, como mostra a Tabela 6. Cabe ressaltar a diferença de abordagem, pois nesta tabela a participação feminina cai para 2,72%, enquanto na anterior foi de 7,18%. Ao considerar o setor de atividade “Indústria Extrativa” (Tabela 5) estão arrolados todos os trabalhadores independente das funções que exercem no desempenho de seu trabalho, incluindo trabalhadores administrativos e auxiliares; enquanto na tabela 6 são identificadas apenas as ocupações típicas, ligadas diretamente à produção⁴. Garimpeiros e operadores de salinas são as ocupações que detém a maior taxa de participação feminina (4,45%), seguida dos trabalhadores de extração de minerais sólidos (3,02%).

Tabela 5 - Distribuição das pessoas ocupadas na indústria extrativa, por segmento da atividade, segundo o gênero e participação das mulheres - Brasil 2000 (%)

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres
Indústrias extrativas	100,00	100,00	100,00	7,18
Extração de carvão mineral	2,15	2,24	1,04	3,47
Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados	10,36	9,89	16,35	11,33
Extração de minerais radioativos	0,06	0,06	0,00	0,00
Extração de minérios de metais preciosos	6,02	6,19	3,86	4,61
Extração de minerais metálicos - exceto metais preciosos e radioativos	4,21	4,16	4,92	8,39

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres
Extração de pedras e outros materiais para construção	31,73	32,25	24,98	5,65
Extração de pedras preciosas e semi-preciosas	5,99	6,02	5,62	6,73
Extração de outros minerais não-metálicos	4,38	4,34	4,88	8,00
Extração de minerais mal especificados	35,10	34,85	38,35	7,85

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Tabela 6 - Distribuição das pessoas ocupadas em ocupações típicas da indústria extrativa por ocupação segundo o gênero e participação das mulheres - Brasil 2000 (%)

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres
Total de ocupações típicas da indústria extrativa	100,00	100,00	100,00	2,72
Supervisores da extração mineral	2,32	2,33	2,07	2,43
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins	29,78	29,69	33,14	3,02
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - operadores de máquina	6,87	6,97	3,11	1,23
Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos	10,29	10,44	4,81	1,27
Garimpeiros e operadores de salinas	27,57	27,08	45,21	4,45
Trabalhadores de beneficiamento de minérios	3,32	3,34	2,81	2,30
Trabalhadores de beneficiamento de pedras	19,85	20,15	8,84	1,21

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Se as mulheres representam 7,18% das pessoas ocupadas na Extrativa e apenas 2,72% dos trabalhadores típicos desta atividade pode-se inferir que sua presença é mais importante em funções administrativas e auxiliares do que diretamente na produção.

A análise da distribuição regional do pessoal ocupado na Indústria Extrativa em relação à distribuição do pessoal ocupado total (Tabela 7) mostra o maior peso relativo da atividade na Região Norte, que respondia por 6,66% da ocupação total no país e por 10,66% dos trabalhadores da Extrativa. O estudo da distribuição de mulheres ocupadas, por sua vez, aponta a forte concentração de mulheres ocupadas na Indústria Extrativa na Região Sudeste, o que está diretamente relacionado à sua absorção na extração de petróleo e gás, como já foi apontado. Cabe destacar, ainda que participação de mulheres da Região Norte, entre as ocupadas na Extrativa, também é relativamente mais relevante que sua participação na ocupação feminina total (9,39% e 5,86%, respectivamente).

Tabela 7 - Distribuição do total de pessoas ocupadas, das pessoas ocupadas na Indústria Extrativa, do total de mulheres ocupadas e das mulheres ocupadas na Indústria Extrativa por grandes regiões - Brasil 2000 (%)

	Total de Pessoas Ocupadas	Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa	Total de Mulheres Ocupadas	Mulheres Ocupadas na Indústria Extrativa
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Norte	6,66	10,66	5,86	9,39
Região Nordeste	24,97	24,08	24,02	22,49
Região Sudeste	44,32	44,65	45,60	51,11
Região Sul	16,75	12,27	17,41	8,06
Região Centro - Oeste	7,30	8,35	7,11	8,96

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

A INDÚSTRIA EXTRATIVA: GÊNERO E JOVENS

Preocupados com a participação das crianças no mercado de trabalho brasileiro e sendo a mineração um setor que utiliza historicamente o trabalho infantil, foi feita uma avaliação da população ocupada de 10 a 17 anos. No mercado de trabalho, em 2000, os menores de 18 anos ocupados representavam 5,7% da força de trabalho brasileira, de acordo com informações do Censo 2000. No entanto, a Extrativa era absolutamente insignificante enquanto ocupação dos jovens (0,23%), sendo que é preciso deixar claro que o grosso dessa ocupação referia-se aos jovens entre 16 e 17 anos (62% dos ocupados na Extrativa). A presença de jovens era mais freqüente na Extração de pedras e outros materiais para construção e na Extração de minerais mal especificados, sendo que as ocupações com maiores taxas de participação eram as mesmas da ocupação geral da extrativa, Garimpeiros e operadores de salinas e Trabalhadores de beneficiamento de pedras. As meninas de 10 a 17 anos de idade representavam 12% deste contingente de trabalhadores.

O Brasil assinou, em setembro de 2000⁵, a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho, que tratam da proibição no país das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Entre os trabalhos incluídos como perigosos e insalubres⁶ e, portanto, vetados a menores de 18 anos, foram explicitados:

- trabalhos na extração ou beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semi-preciosas ou outros bens minerais;
- trabalhos com exposição a ruído contínuo ou intermitente, acima do nível de ação previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto;
- trabalhos em escavações, subterrâneos, pedreiras garimpos ou minas em subsolo ou a céu aberto;

- trabalhos em locais em que haja livre desprendimento de poeiras minerais;
- trabalhos em indústrias cerâmicas;
- trabalhos em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva;
- trabalhos em fábricas de cimento ou cal;
- trabalhos em salinas, e
- trabalhos em carvoarias.

Portanto, ainda que a participação de crianças e adolescentes em atividades da Indústria Extrativa seja muito pequena no Brasil, esta deve ser combatida como vem fazendo, com resultados positivos o Ministério do Trabalho e Emprego. Este combate vem sendo feito por meio de ações de fiscalização, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações, e a entrada das mulheres ocorreu num contexto econômico adverso, com aumento do desemprego, desregulamentação do mercado de trabalho, perda de importância relativa do assalariamento. Esta situação obrigou mulheres e homens a recorrerem a estratégias de sobrevivência que provocaram a precarização de suas condições de vida. Esta nova realidade não modificou o papel masculino que continua a se dedicar prioritariamente ao mercado de trabalho e para as mulheres exige que elas combinem o trabalho fora de casa com os afazeres domésticos.

A presença da mulher no mercado de trabalho caracteriza-se por uma concentração da atividade feminina nos segmentos do setor serviços, que são os menos organizados da economia, com maior recorrência de contratos informais e menor presença sindical.

Analisar sob o prisma de gênero a Indústria Extrativa com ênfase na participação dos trabalhadores(as) seja adultos, jovens ou crianças, em qualquer desses indicadores esta indústria apresenta uma baixa taxa de ocupação da mão-de-obra brasileira. Apesar de sua importância estratégica para a criação da riqueza nacional.

Olhando pela perspectiva da distribuição regional esta indústria é profundamente marcada pela existência no território das riquezas minerais e assim sua distribuição no espaço regional está condicionada a presença de jazidas no solo. Isso pode ser observado na participação do Nordeste nessa ocupação.

As mulheres representam 7,18% das pessoas ocupadas na Extrativa, mas apenas 2,72% dos trabalhadores típicos desta atividade. Assim é possível inferir que sua presença é mais importante em funções administrativas e auxiliares do que diretamente na produção. O estudo da distribuição de mulheres ocupadas, por sua vez, aponta a

forte concentração de mulheres ocupadas na Indústria Extrativa na Região Sudeste, o que está diretamente relacionado à sua absorção na extração de petróleo e gás. Isto devido a presença da empresa petrolífera brasileira (Petrobrás) no estado do Rio de Janeiro, na exploração da Bacia de Campos. Seguramente esta participação mais forte de mulheres ligadas à extração de petróleo deve-se, provavelmente, à sua inserção em funções administrativas na sede da empresa, na cidade do Rio de Janeiro.

A última questão analisada neste texto trata da participação das crianças e jovens (10 a 17 anos) na mineração. Os menores de 18 anos ocupados representavam 5,7% da força de trabalho brasileira (CENSO DE 2000), e na indústria extrativa sua participação absolutamente insignificante enquanto ocupação dos jovens (0,23%) e mesmo assim esta ocupação refere-se aos jovens entre 16 e 17 anos (62% dos ocupados na extrativa). Trabalhavam na extração de pedras e outros materiais para construção, portanto em piores condições de salubridade. Ou eram garimpeiros e operadores de salinas. As meninas continuam sendo apenas 12% da ocupação deste contingente de trabalhadores. Mesmo uma participação de crianças e jovens tão baixa coloca para o Estado brasileiro uma preocupação de retirá-los de condições de trabalho tão precárias e insalubres.

1 O tempo socialmente gasto com os afazeres domésticos, que são responsáveis pela reprodução da vida humana é executado, em aproximadamente 80%, por pessoas do sexo feminino (ver Melo et alli, 2005).

2 Ver a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2003

3 De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, adaptada para as pesquisas domiciliares do IBGE, considera-se como “ocupações típicas” da Indústria Extrativa: Supervisores da extração mineral, Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins, Trabalhadores da extração de minerais sólidos - operadores de máquina, Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos, Garimpeiros e operadores de salinas, Trabalhadores de beneficiamento de minérios, Trabalhadores de beneficiamento de pedras

4 Não foram considerados os profissionais de nível superior ou técnicos pela dificuldade em associá-los diretamente à produção.

5 Decreto no 3597, de 12 de setembro de 2000

6 Portaria no 20, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, de 13 de setembro de 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censos Demográficos, 1991, 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), alguns anos; Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: 2003; Classificação Brasileira de Ocupações –CBO.**

BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, **Portaria n. 20 de 13 de setembro de 2001.**

BRASIL, Presidência da República, **Decreto no 3597, de 12 de setembro de 2000.**

DEDECCA, Claudio Salvadori (2004) **Tempo, Trabalho e Gênero**, in COSTA, Ana A., OLIVEIRA, Eleonora M. de, LIMA, Maria Ednalva B. de, SOARES, Vera, (orgs), Reconfiguração das relações de gênero no trabalho, São Paulo: CUT.

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Claudio M., SABBATTO, Alberto, **Os Afazeres Domésticos Contam**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Texto para Discussão n. 177, setembro de 2005.

MELO, Hildete Pereira de, **Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil** in BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (orgs) *Mulher e Política – Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MELO, Hildete Pereira de, SERRANO, Franklin, **A Mulher como Objeto da Teoria Econômica**, in AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos/RECORD, 1997.